

SUMÁRIO

1 – ESTUDO CIENTÍFICO DO DIREITO PENAL	15
1.1 Estudo do Direito Penal	15
1.2 Ação	17
1.3 Tipo	17
1.4 Antijuridicidade	18
1.5 Culpabilidade	19
2 – LOCALIZAÇÃO DO TEMA E ESTUDO DO TIPO	23
2.1 Origem do Conceito de Tipo	23
2.2 As Duas Faces do Tipo	24
2.3 O que se Deve Verificar no Tipo?	26
3 – DISTINÇÕES ENTRE TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA, RESPONSABILIDADE OBJETIVA, PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE, CULPABILIDADE, E IMPUTABILIDADE	29
4 – A INCIDÊNCIA DO TIPO OBJETIVO	33
4.1 Muitos causadores, poucos responsáveis	33
4.2 Função da Teoria da Imputação Objetiva	35
4.3 A Questão do Bem Jurídico	35
5 – IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	41
5.1 Por que escrever sobre o tema?	41
5.2 Por que estudar o tema?	43
6 – RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	45
6.1 Omissão e Relação de Causalidade	46
6.2 Defeitos da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	47
6.3 Novidades Teóricas em Torno da Causalidade	48
6.4 Causalidade e Imputação Objetiva	51
7 – TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA E TEORIA FINALISTA DA AÇÃO: DUAS SOLUÇÕES DISTINTAS PARA O MESMO CASO	53
7.1 Teoria Finalista da Ação – Um Certo Professor da Universidade de Bonn	53
7.2 Qual é a relação do Conceito de Ação com o Crime?	54
8 – ORIGEM DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	61
8.1 Origem da Teoria da Imputação Objetiva	61
9 – A ATUAL TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	69
9.1 Uma Consolidação Inevitável	69

10 – CRITÉRIOS PARA A IMPUTAÇÃO AO TIPO OBJETIVO	75
10.1 As indicações iniciais para aferição do tipo objetivo	75
10.2 A Questão da Realização do Risco.....	79
11 – DESVIOS CAUSAIS RELEVANTES E IRRELEVANTES: TEORIA FINALISTA E TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA – IMPUTAÇÃO SUBJETIVA	83
12 – TIPOS CULPOSOS	87
12.1 Critérios da Conduta Culposa	87
12.2 Temas Desenvolvidos para Resolver Problemas de Imputação nos Tipos Culposos	91
12.2.1 Regras Legais.....	91
12.2.2 Outras Regras Regulamentares não Previstas em Lei	92
12.2.2.1 Princípio da Confiança	92
12.3 Outros Critérios de Imputação ao Tipo Culposo Segundo a Criação do Risco Proibido	95
12.4 Sobre a finalidade de proteção do tipo penal	95
12.5 Teria Aplicação no Brasil a Tese da Cooperação na Autocolocação em Perigo?.....	99
13 – OS TIPOS DOLOSOS	105
13.1 A <i>Imputação Objetiva</i> nos Tipos Dolosos de Dano	105
13.2 Tipos de Perigo	108
14 – OMISSÃO	113
14.1 Tipos Omissivos Próprios e Impróprios	114
14.2 Mas onde se encontra o dever de garantidor?.....	115
14.3 Problemas Quando Ocorre Ação e Omissão	118
15 – PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	121
16 – CONSENTIMENTO DO OFENDIDO	125
17 – CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA PARA O CONCURSO DE AGENTES	129
17.1 Alguns Problemas de Participação	129
17.2 A Superação da Teoria da Proibição de Regresso	131
17.3 A Cumplicidade Através de um Comportamento ‘Neutro’	132
18 – A PROCURA DE UM CONCEITO	135
19 – OUTRA CONCEPÇÃO SOBRE A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	139
19.1 Günther Jakobs.....	139
19.1.1 A Posição de Jakobs	139
19.1.2 Críticas.....	145
20 – CRÍTICAS À TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	149
20.1 A falta de Uma ‘Teoria Geral do Tipo’	149
21 – FINAL: O FINALISMO CHEGOU AO FIM?	161
REFERÊNCIAS	173
ÍNDICE ALFABÉTICO	177